



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES) em doze de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e quarenta e três minutos e com término às doze horas e quarenta e três minutos, a reunião teve como objetivo central a discussão do programa **PASES** (Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior) no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPES/MEC); Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPES/SESu); Itamá Rodrigues Silva Filho, Chefe de Serviço (CGRED/DIPPES/SESu); Lúcia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral (SESu/GAB/MEC); Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor da Secretaria Executiva – SE/MEC; Letícia Santos da Silva, Diretora de Relações Institucionais e representante da União Nacional dos Estudantes – UNE; Rafaela Campos Sardinha, Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Simone Pereira Costa Benck, Representante da ABRUEM e reitora da UnDF; Mariana Chagas Lima, Diretora de Relações Institucionais e Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Nathalia da Mata Atroch, Representante do Fórum de Políticas Estudantis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Lilian Carvalho do Nascimento, Coordenadora-Geral de Programas de Educação Superior (CGPES/SESu); Muriel Carneiro (Coordenadora e representante da Rede de Restaurantes Universitários – REDE RU – Universidade Federal Fluminense); Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); Priscila Porta Nova de Oliveira, Nutricionista e Diretora da Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha – IFFar; Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Coordenadora de Projetos SEGAPE/MEC (DMAPE/SEGAPE/MEC); Cinthia de Andrade Pereira, Assistente Social e representante do CONIF/FPE/Colégio Pedro II; Vinícius Soares, Presidente e representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); Arlindo Alemão Gregório (Arlindo Baré), Presidente e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas - UPEI; Valmo Xavier da Silva, Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira da Alimentação Escolar do FNDE; Naita Aparecida Nunes de Lima, Representante titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude (CGJUV/SECADI/MEC). A reunião foi iniciada por **Fábio da Silva Paiva** (SE/GAB/MEC), que deu as boas-vindas aos presentes na 1ª Reunião Extraordinária do GT-PNAES e se apresentou como servidor da Secretaria-Executiva, solicitando que ao se apresentarem, fizessem uma pequena apresentação, dizendo de onde eram para que essas informações ficassem registradas. Ressaltou que a pedido de alguns membros do GT, as próximas reuniões extraordinárias aconteceriam às terças-feiras. Informou que esta reunião contaria com a participação de 3 convidados, onde cada um teria 10 minutos e posteriormente seria aberto o debate para os demais participantes, com tempo de fala de 3 minutos para cada inscrito. **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SETEC/GAB/MEC) se apresentou como assessora da SETEC, da Diretoria de Política e Regulação do MEC, com formação em serviço social e servidora da rede. Ressaltou que nesta reunião não teria apresentações por parte da SETEC para que as informações não ficassem repetitivas, já que os dados sobre o programa já haviam sido apresentados em reunião anterior, mas ressaltou um ponto de preocupação em relação ao nome do programa: Programa de Alimentação Saudável para o Ensino Superior, uma vez que, segundo ela, o programa precisa incluir desde os estudantes da educação básica até os da pós-graduação.

Destacou a presença da representante do Instituto Federal de Farroupilhas, a Sra. Priscila. **Lúcia Campos Pellanda** (SESU/GAB/MEC) iniciou sua fala dando as boas-vindas aos presentes, afirmando que pela SESu não teria apresentação para viabilizar o debate acerca do programa e ressaltou que a reunião extraordinária era uma oportunidade de se aprofundar sobre o tema. Após, **Amanda Machado dos Santos Duarte** apresentou a primeira convidada, destacando que **Priscila Porta Nova**, é representante do Instituto Federal de Farroupilha – IFFar no Fórum de Políticas Estudantis das Instituições da rede federal no assessoramento ao CONIF e coordenadora da Comissão Permanente de Alimentação Escolar e Nutrição do FPE. Ressaltou que o Fórum deu início aos trabalhos no ano passado e foi uma conquista importante para a rede Federal. **Priscila Porta Nova** iniciou sua fala agradecendo o espaço de escuta e diálogo, destacando que a assistência estudantil impacta diretamente o ensino, a pesquisa, a extensão e a permanência dos estudantes desde o acesso até a conclusão da formação. Compartilhou sua experiência como nutricionista e gestora da assistência estudantil no IFFar, além de sua atuação na Comissão Permanente de Alimentação e Nutrição Escolar. Apresentou o modelo adotado pelo IFFar, que conta com 11 campi e 11 nutricionistas, com alimentação escolar garantida em todos os refeitórios — sendo 7 com gestão própria e 4 com gestão terceirizada. Ressaltou que, desde sua origem como escolas agrícolas, o instituto tem em seu “DNA” o cuidado com os estudantes, priorizando alimentação, moradia e transporte como parte da estrutura básica de cada unidade. Destacou que, desde 2012, o IFFar destina 5% do orçamento de custeio à assistência estudantil, além dos recursos do PNAE e PNAES. A gestão própria dos restaurantes foi uma conquista institucional, permitindo redução de custos, melhoria na qualidade das refeições e maior integração com a agricultura familiar por meio de chamadas públicas. Priscila enfatizou que a alimentação escolar é um direito dos estudantes, e sua efetivação exige ação coletiva, com envolvimento da gestão, servidores capacitados e infraestrutura adequada. Alertou para a realidade de muitas instituições da rede federal que ainda não possuem sequer espaços dignos para servir refeições, o que compromete a permanência estudantil. Destacou os desafios de executar múltiplos programas com recursos limitados, especialmente diante das desigualdades estruturais entre os institutos, e reforçou a necessidade de planejamento e investimento para garantir alimentação escolar segura e de qualidade para todos os estudantes. Priscila reforçou que a alimentação escolar é um direito universal dos estudantes da educação básica, conforme previsto no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e não pode ser condicionada à vulnerabilidade social, renda ou outros critérios. Explicou que o PNAE não cobre todos os custos da alimentação, pois seu recurso é destinado exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios, não contemplando despesas como gás, manutenção ou mão de obra. Destacou a importância da articulação entre os programas PNAE, PNAES e PASES, especialmente na Rede Federal, que possui características distintas das universidades. Defendeu que a regulamentação do PASES deve reconhecer a alimentação como um direito, e não como um benefício individual, como ocorre no PAE. Argumentou que o modelo de vale ou transferência direta de recursos pode ser insuficiente e desviar-se da finalidade, comprometendo a permanência e o êxito dos estudantes. Enfatizou que a oferta direta de refeições prontas nas instituições garante segurança alimentar, tranquilidade e dignidade aos estudantes, permitindo que se concentrem nos estudos sem preocupações com alimentação. Defendeu que a alimentação escolar deve ser vista como uma política de dignidade e emancipação, essencial para garantir a permanência e o sucesso acadêmico. Finalizou propondo que o PASES assegure recursos adequados, articule-se com o código de vagas e promova a capacitação institucional para que a alimentação escolar seja efetivada com qualidade e equidade em toda a Rede Federal. **Muriel Carneiro**, representante da Rede de Restaurantes Universitários (Rede RU) iniciou sua fala agradecendo o convite em nome da Rede RU, destacando a importância do debate sobre a regulamentação do PASES. Apresentou a Rede RU, composta por 22 instituições (universidades federais, estaduais e institutos federais), e reforçou que o grupo está aberto à participação de novas instituições interessadas. Explicou que os restaurantes universitários (RUs) vão além da oferta de alimentação, atuando como equipamentos de segurança alimentar e nutricional, e como espaços de ensino, extensão, pesquisa, educação alimentar, sustentabilidade e convivência social. Apresentou dados do levantamento realizado pela Rede RU, em parceria com o FONAPRACE, sobre gestão e custos dos RUs nas IFES: Cobertura nacional de RUs: 72% dos campi possuem RU, com menor cobertura nas regiões Norte (45%) e Nordeste (58%). Modelos de gestão: 88% das IFES adotam terceirização total e 12% utilizam gestão mista. Diferentemente dos institutos federais, as universidades não operam com gestão própria. Sobre as definições, salientou que o termo “terceirização total” se refere à situação em que a

empresa contratada realiza todo o processo, desde aquisição até distribuição das refeições, enquanto na “gestão mista” a instituição adquire os gêneros alimentícios e contrata empresa para mão de obra; servidores acompanham e fiscalizam o processo. Muriel destacou que não há modelo de gestão superior ou ideal, e que cada instituição deve adotar o formato mais adequado à sua realidade. O levantamento não identificou diferenças significativas de custo entre os modelos de gestão. Apresentou dado preliminar de sua pesquisa de doutorado, indicando que as universidades federais produzem cerca de 176.626 refeições por dia, entre café da manhã, almoço e jantar. Sobre a regulamentação do PASES, apontou 14 eixos centrais que devem ser considerados, incluindo: alimentação saudável no ensino superior; tipos e acesso aos benefícios; gestão dos Rus; planejamento de cardápios; sustentabilidade; educação alimentar e nutricional; aquisição de gêneros alimentícios; parcerias com restaurantes populares; participação discente e de servidores e transparência do programa. Reforçou que o Guia Alimentar para a População Brasileira deve ser o principal norteador do PASES, por sua base técnica e alinhamento com políticas públicas intersetoriais. Finalizou destacando a importância de considerar as particularidades regionais e institucionais na regulamentação, e se colocou à disposição para contribuir com os dados e experiências da Rede RU. Muriel reforçou que o Guia Alimentar para a População Brasileira deve ser o eixo central da regulamentação do PASES, por sua capacidade de orientar práticas saudáveis e sustentáveis. Destacou que esse guia dialoga diretamente com diversos ministérios e políticas públicas, como: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Igualdade Racial, por meio do Projeto de Lei nº 21, que trata da aquisição de alimentos da agricultura familiar, com prioridade para povos indígenas e quilombolas; Ministério da Saúde, pela promoção da alimentação saudável; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela articulação com políticas de segurança alimentar e nutricional; Ministério do Meio Ambiente, pela relação com práticas sustentáveis na produção e distribuição de refeições. Apontou que, embora essas diretrizes já estejam previstas no PASES, a implementação ainda é limitada, sendo necessário fortalecer a articulação interministerial e com prefeituras. Exemplificou como boas práticas já existentes a UFRJ no tocante à aquisição de alimentos da agricultura familiar e parcerias com prefeituras (Macaé e Caxias); UFMA, no tocante à parceria com restaurantes populares, atendendo simultaneamente à comunidade universitária e à população local. Muriel reafirmou que os restaurantes universitários contribuem diretamente para os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e devem ser reconhecidos como espaços centrais de segurança alimentar e permanência estudantil. Finalizou com recomendações para a regulamentação do PASES: garantia de recursos estáveis e previsibilidade orçamentária; definição de critérios claros e nacionais, respeitando a autonomia das IFES; fortalecimento dos RUs como equipamentos de segurança alimentar e nutricional; garantia de mecanismos de avaliação e controle social. Concluiu que a regulamentação será decisiva para consolidar o PNAES como uma política efetiva, sustentável e socialmente justa, assegurando o direito humano à alimentação adequada e a permanência qualificada dos estudantes no ensino superior. Posteriormente, a palavra foi repassada ao **Valmo Xavier da Silva**, Coordenador de Orçamento e Gestão Financeira da Alimentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que iniciou agradecendo o convite e a oportunidade de participar do espaço de discussão sobre alimentação escolar. Informou que utilizaria slides de apoio, com foco principal nos dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Destacou os objetivos do PNAE, como o apoio ao crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis, com base em estudos recentes, inclusive do Ipea. Enfatizou os dois eixos principais do programa: educação alimentar e nutricional (EAN) e oferta de alimentação saudável e adequada durante o período letivo. Apontou a importância da agricultura familiar, com prioridade para povos e comunidades tradicionais e mulheres, e reforçou que a alimentação escolar deve ser tratada como direito do estudante, não como ação assistencialista. Mencionou o controle social como tema relevante, inclusive para a rede federal, citando grupo técnico de 2015 que discutiu a criação de instância semelhante ao Conselho de Alimentação Escolar. Apresentou dados sobre a universalidade do atendimento, abrangendo toda a educação básica, incluindo cursos técnicos de ensino médio. Ressaltou a dimensão do programa, com orçamento atual de R\$ 5,5 bilhões, cerca de 50 milhões de refeições servidas, 80 mil conselheiros e 8 mil nutricionistas. Informou sobre alterações recentes no programa, como a redução de alimentos processados e o fortalecimento da participação de mulheres na agricultura familiar. Sobre a rede federal, explicou que o atendimento inclui institutos federais, colégios militares, colégios de aplicação, universidades e o Colégio Pedro II. Em 2025,

foram descentralizados R\$ 57 milhões para aquisição de gêneros alimentícios, atendendo 363 mil estudantes em 77 instituições e 698 escolas. Apresentou dados do Censo Escolar 2024: 89% dos alunos estão no ensino médio, 7% no fundamental, 3% na EJA e 1% em creche, pré-escola, atendimento especializado e quilombola. Quanto à localização, 12% estão na zona rural e 80% na urbana. Em relação ao período de ensino, 34% estão em tempo integral e 65% em período parcial. Explicou a matriz de repasse do programa, baseada no número de alunos, 200 dias letivos e valores per capita definidos em resolução. Os repasses para estados e municípios ocorrem em 8 parcelas (fevereiro a setembro), enquanto na rede federal são feitos por descentralização total. Abordou a descentralização orçamentária do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que ocorre geralmente em fevereiro. Explicou que, à medida que as instituições federais empenham os recursos via sistema SIAFI/EFENER, o financeiro é disponibilizado. Destacou um desafio atual: o valor *per capita* é padronizado para todas as regiões, o que não considera as diferenças de custo entre elas. A Procuradoria do FNDE entendeu que, no caso da rede federal, o programa deve custear toda a alimentação escolar, o que reforça a necessidade de uma referência de custo específica para essa rede. Nesse contexto, o FNDE está conduzindo um estudo nacional para propor uma nova matriz de distribuição dos recursos, com base em critérios de equidade, como logística, insumos e variações regionais de preços. A proposta é que haja valores per capita diferenciados por região. Foi apontado que, apesar da demanda por mais recursos, há uma baixa execução orçamentária na rede federal. Em 2024, dos R\$ 59 milhões descentralizados, apenas R\$ 21 milhões foram executados no mesmo exercício, o que representa 36% de execução direta. Outros R\$ 20 milhões foram executados como restos a pagar em 2025, e cerca de R\$ 18 milhões ainda não haviam sido executados, sendo R\$ 3,7 milhões já devolvidos. Em 2025, até julho, dos R\$ 58 milhões descentralizados, apenas R\$ 8 milhões foram executados no exercício atual, com R\$ 23 milhões referentes a restos a pagar de anos anteriores. Esses dados indicam uma execução abaixo do esperado, o que dificulta justificativas para reajuste dos valores per capita. Reforçou a importância de melhorar a execução dos recursos e mobilizar os atores envolvidos no programa. Mencionou também ações estratégicas do PNAE, como a criação de Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), em parceria com universidades, que atuam na formação de profissionais, assessoramento técnico, desenvolvimento de estudos e apoio à execução do programa. Destacou a criação do CECANE Sul de Minas, voltado especificamente para a rede federal, com o objetivo de aproximar o PNAE das instituições federais e fortalecer sua execução. A representante destacou a capilaridade dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), com 24 centros distribuídos em 22 estados. Ressaltou a criação do CECANE Sul de Minas, voltado especificamente para a rede federal, o que possibilitou a realização de três encontros nacionais focados exclusivamente nessa rede, sendo o mais recente em julho de 2024, em Brasília. Explicou que esses encontros têm como objetivo fortalecer o diálogo entre os diversos atores do PNAE e promover a melhoria da execução do programa. Participam gestores, nutricionistas, assistentes sociais, professores e profissionais da área financeira. Apontou que o FNDE pretende ampliar a atuação dos CECANEs, com ações específicas para a rede federal em todos os estados, evitando a centralização em um único centro colaborador. Foram mencionadas ações de apoio técnico realizadas em parceria com universidades, como assessoramento às instituições, formação de profissionais, desenvolvimento de estudos e pesquisas, e disponibilização de conteúdos. Nos encontros regionais, foram identificadas principais demandas e desafios da rede federal: infraestrutura inadequada: ausência de restaurantes, cozinhas precárias, falta de equipamentos e recursos humanos. Falta de nutricionistas: ausência de responsável técnico (RT) em cada campus, acúmulo de funções e carga de trabalho excessiva; gestão descentralizada: recursos ficam parados nas reitorias, dificultando a execução nos campi.; desconhecimento do programa: gestores ainda não compreendem o PNAE como um direito do estudante; dificuldades com fornecedores: especialmente na aquisição de produtos da agricultura familiar, devido a preços altos e escassez de oferta e; consumo de alimentos ultraprocessados: necessidade de revisão dos cardápios. Entre as propostas discutidas nos encontros, destacou a criação de código de vaga específico para nutricionistas na rede federal; a formação contínua de gestores, com apoio do FNDE e dos CECANEs; estabelecimento de coordenação específica de alimentação escolar nas instituições; revisão da resolução do CFN, considerando a realidade da rede federal; expansão da infraestrutura com recursos do PAC e; criação de grupos de trabalho regionais para implementação e suporte técnico. Valmo finalizou colocando-se à disposição para esclarecimentos e reforçando a importância da articulação entre os diversos atores para o fortalecimento do PNAE na rede federal. Após, as inscrições foram abertas para as

contribuições dos membros do GT. **Amanda Machado dos Santos Duarte** agradeceu pelas apresentações e destacou os desafios orçamentários enfrentados pela rede federal em relação à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ela ressaltou que o PNAE só pode ser utilizado para a compra de gêneros alimentícios, diferentemente dos estados e municípios, que contam com contrapartida financeira própria para complementar a alimentação escolar. Apontou que seria importante conhecer o valor dessa contrapartida para refletir sobre os custos reais da alimentação na rede federal e a necessidade de recursos suplementares. Comentou que, no início do ano, a rede federal — incluindo universidades — não dispõe de orçamento integral, recebendo apenas uma fração (cerca de 18%) do orçamento de custeio. Por isso, o recurso do PNAE, descentralizado integralmente em fevereiro, acaba sendo o primeiro orçamento disponível para iniciar o ano letivo com alimentação escolar. Amanda reconheceu que essa prática não é ideal, mas é necessária para garantir alimentação desde o primeiro dia de aula. Essa realidade reforça a importância de repensar a estrutura orçamentária da rede federal e considerar formas mais adequadas de execução dos recursos. **Priscila Porta Nova – IFFar**) retomou sua fala corrigindo uma informação anterior, esclarecendo que, além de gestão própria, o IFFar possui sete gestões mistas, nas quais há contratação de mão de obra e aquisição de insumos por meio de licitação. Falando como executora do programa, colocou-se à disposição para colaborar com o estudo de custos da alimentação escolar na rede federal, destacando que o PNAE é um programa completo e robusto, com recomendações nutricionais bem estruturadas, mas que carece de financiamento adequado para ser plenamente executado. Ressaltou que os principais desafios para a execução do programa são: falta de recursos financeiros; ausência de código de vaga para nutricionistas e necessidade de capacitação contínua. Comentou que a rede federal ainda é jovem, criada em 2008, e que o PNAE foi reestruturado em 2009, enquanto estados e municípios já tinham experiência prévia com o programa. Por isso, é natural que a rede federal ainda esteja em processo de amadurecimento na execução. Destacou a importância dos eventos realizados em parceria com o CECANE Sul de Minas, que têm contribuído significativamente para a apropriação do programa pelas gestões da rede federal. Sobre a execução orçamentária, reforçou que, ao receber os recursos no início do ano, as instituições ainda precisam realizar chamadas públicas e articulações com agricultores, o que limita a execução até julho. Apesar disso, considera positiva a evolução da execução, que já chegou a menos de 50% e hoje atinge cerca de 70%, demonstrando crescimento e aproximação com o programa. Finalizou destacando que a rede federal tem especificidades, mas já apresenta avanços significativos na execução do PNAE, e que os estudantes são os principais beneficiados com esse progresso. **Arlindo Baré**, representante da UPEI, se qualificou como estudante de engenharia elétrica na Unicamp e coordenador da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas, iniciou sua fala destacando sua atuação em diversos espaços de representação, como o Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, o Conselho Nacional da Juventude e o grupo de trabalho que propõe a criação da Universidade Indígena. Enfatizou a importância do espaço de discussão sobre o PNAE como oportunidade para visibilizar corpos e realidades muitas vezes ignoradas, especialmente no que diz respeito ao orçamento e à equidade. Relatou que, em reuniões anteriores, foram discutidos temas como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão, cultura e esporte. Destacou depoimentos marcantes de estudantes indígenas, especialmente mães que precisam escolher entre se alimentar ou garantir alimentação para seus filhos, evidenciando a insuficiência das bolsas e a necessidade de políticas que considerem dependentes no acesso à alimentação escolar. Arlindo propôs que essas realidades sejam incorporadas na legislação e no orçamento, com base no princípio da equidade, como previsto no Eixo 8 do Plano Nacional de Educação. Ressaltou que a alimentação escolar deve considerar diversidade cultural e alimentar, citando sua própria experiência com alimentação simples e tradicional. Finalizou reforçando a responsabilidade coletiva de garantir que a política de alimentação escolar chegue aos estudantes que ainda são invisibilizados nas universidades, e que os espaços de escuta e participação são fundamentais para construir políticas mais justas e eficazes. Após, **Nathalia da Mata**, coordenadora do Fórum de Políticas Estudantis, iniciou sua fala destacando a singularidade da rede federal, que atende desde a educação básica até a pós-graduação. Essa característica de verticalização representa uma potencialidade transformadora para a educação brasileira, mas também impõe desafios complexos de gestão. Ela apontou que a rede federal frequentemente se encontra em um limbo normativo, pois não se enquadra totalmente nas normativas voltadas exclusivamente para universidades ou para a educação básica. A diversidade de faixas etárias, públicos e territorialidades exige uma abordagem diferenciada, mas a rede não dispõe da estrutura orçamentária e administrativa que estados e

municípios possuem. Nathalia compartilhou a experiência do Instituto Federal de Pernambuco, que passou de uma execução de 30% do PNAE em 2021 para 70% em 2023, após ações de formação e conscientização institucional sobre a obrigatoriedade e importância do programa. A criação de um CECANE local e o esforço para mudar a concepção institucional foram fundamentais para esse avanço. Ela ressaltou que o PNAE deve ser entendido como um direito social, essencial para a permanência estudantil, e que sua execução deve ser integrada aos demais programas de assistência, como o PAES e o PAE. Defendeu que o PNAE seja considerado referência para os demais programas, especialmente no que diz respeito à saúde, nutrição e dignidade humana. Nathalia também alertou para a defasagem orçamentária da assistência estudantil: enquanto o número de estudantes com deficiência atendidos cresceu de 5 mil para 22 mil, o orçamento aumentou apenas 6%, frente a um crescimento de 36% na demanda. Finalizou com uma defesa enfática da identidade da rede federal, que não deve ser confundida com universidades ou redes básicas, mas reconhecida por sua característica própria e potencial transformador. Reforçou a necessidade de disputa orçamentária junto ao Ministério da Educação, estimando que cerca de R\$ 1 bilhão seria necessário para garantir alimentação escolar com qualidade para todos os níveis e modalidades atendidos pela rede. Após, **Alexandre Brasil**, Diretor da Secretaria Executiva do MEC, iniciou sua fala agradecendo as contribuições anteriores e destacando sua comprometida atuação com a pauta da alimentação escolar e universitária, que considera central para a formação cidadã e para a dignidade humana. Reforçou a importância do PNAE como política pública de referência internacional, elogiando o trabalho do FNDE e da equipe envolvida. Comentou sobre sua participação na elaboração da Lei nº 14.914, destacando que o processo foi feito em apenas 48 horas, o que gerou limitações, mas também abriu espaço para aperfeiçoamentos na regulamentação atual. Apontou que cerca de 50% dos recursos do PAES (aproximadamente R\$ 2,3 bilhões) são destinados à alimentação nas universidades e institutos, o que reforça a centralidade da alimentação como direito constitucional e como instrumento de permanência estudantil. Destacou a necessidade de integração entre os programas PNAE e PAES, mesmo que essa articulação não esteja prevista diretamente na lei, defendendo que ela seja incorporada na portaria de regulamentação. Ressaltou também a importância de incluir os colégios de aplicação nesse processo, ampliando o alcance da política. Comentou sobre os desafios de execução orçamentária, reforçando que é necessário entender os motivos da baixa execução para justificar novos recursos junto à área de planejamento do governo. Alertou que, sem essa justificativa, é difícil obter aumento de orçamento, mesmo diante da demanda. Mencionou que há investimentos em infraestrutura, com cerca de 250 restaurantes universitários em construção, e que o novo PAC contempla 30 novos restaurantes, embora ainda haja déficit. Reforçou que a autonomia universitária deve ser respeitada, mas que o MEC tem dado ênfase à construção de moradias e restaurantes estudantis. Propôs que o grupo de trabalho pense de forma criativa e estratégica na regulamentação, aproveitando o arcabouço legal robusto da segurança alimentar nacional e articulando com outros ministérios para ampliar o impacto da política. Destacou que já há R\$ 500 milhões disponíveis, o que representa uma base concreta para avançar na execução e fortalecimento da alimentação escolar e universitária. Alexandre Brasil concluiu sua fala reforçando a importância de ampliar o orçamento destinado à alimentação escolar e universitária, destacando que o MEC está em articulação com a Junta de Execução Orçamentária (JEO) e outros ministérios para viabilizar esse aumento. Sugeriu que o grupo de trabalho estabeleça diálogo com diferentes ministérios, como Saúde, Desenvolvimento Social (MDS), Pesca, Meio Ambiente (MPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Secretaria-Geral da Presidência e o CONSEA, para identificar ações já existentes e experiências de parcerias com universidades e institutos, inclusive em nível estadual e municipal. Ressaltou a importância de consolidar um quadro detalhado da execução orçamentária, incluindo formas de gestão (própria, mista, terceirizada); situação dos restaurantes universitários; experiências exitosas (como UFRN e UFRJ) e; transparência na aplicação dos recursos. Comentou que o relatório do TCU sobre assistência estudantil destacou a falta de transparência como ponto crítico, o que motivou ajustes na legislação e na estrutura do PAES para garantir segurança jurídica aos gestores. Finalizou reforçando que a regulamentação da política deve ser criativa e estratégica, aproveitando o arcabouço legal robusto da segurança alimentar nacional, e que já há R\$ 500 milhões disponíveis para iniciar essa articulação. Encerrou com votos de saúde e agradecimentos aos participantes. Posteriormente, **Artur Antônio dos Santos Araújo**, da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), iniciou sua fala parabenizando os participantes e destacando a relevância do debate sobre alimentação escolar e universitária. Trouxe reflexões sobre o

arcabouço legal e os desafios atuais da política de alimentação. Apontou dois temas legislativos centrais: PL da Alimentação – Projeto de Lei que propõe a exclusão do PNAE dos limites do arcabouço fiscal, garantindo previsibilidade orçamentária e sustentabilidade do programa. Destacou que o CONIF tem atuado na defesa dessa pauta junto ao Ministério da Educação e; ampliação da Agricultura Familiar – Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados que eleva de 30% para 45% o percentual mínimo de recursos do PNAE destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar, com vigência a partir de janeiro de 2026. O projeto já passou pelo Senado e aguarda sanção presidencial. Artur destacou dois impactos dessa ampliação: fortalecimento da economia local e regional, com inclusão de povos indígenas e quilombolas e; melhoria da qualidade nutricional e valorização da cultura alimentar, com potencial de replicação nos restaurantes universitários e auxílios alimentação. Sugeriu que o grupo de trabalho acompanhe de perto a sanção e regulamentação do PL, avaliando como ele pode subsidiar a política nacional de alimentação estudantil e contribuir para a redução das desigualdades regionais. Defendeu a criação de diretrizes nacionais que alinhem os avanços legislativos do PNAE com os programas de assistência estudantil, promovendo padronização, previsibilidade e equidade no acesso à alimentação. Finalizou reforçando a importância de articular com outros ministérios (como MDS, Saúde, Pesca, Meio Ambiente e Secretaria-Geral da Presidência) e de consolidar um quadro detalhado da execução orçamentária e das formas de gestão nas instituições, visando maior transparência e efetividade na política. Após, **Naita Nunes** iniciou sua fala destacando a importância da alimentação como política de permanência, currículo e afirmação de trajetórias dentro dos espaços escolares e universitários. Reforçou que não há política pública sem financiamento, especialmente quando se trata de alimentação. Comentando as falas de Amanda e Arlindo Baré, Naita ressaltou que a educação básica já avançou significativamente com o PNAE, e que essa experiência deve inspirar a educação superior, especialmente no atendimento a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Compartilhou sua própria vivência na Unicamp, relatando que a alimentação oferecida não dialoga com sua cultura alimentar, o que a leva a evitar o restaurante universitário. Destacou o choque cultural enfrentado por estudantes do Nordeste e de comunidades tradicionais ao ingressarem em universidades do Sudeste, o que impacta diretamente sua permanência e envolvimento acadêmico. Defendeu que a alimentação nas instituições de ensino superior deve ser intercultural, indo além da simples aquisição de produtos da agricultura familiar. É necessário que a gestão da alimentação e os cardápios reflitam a diversidade cultural dos estudantes. Comentou a importância de políticas institucionais que acolham estudantes com filhos, como o auxílio parental, e que essas ações não sejam experiências isoladas, mas parte de uma política estruturante e nacional. Ressaltou a necessidade de mapear experiências exitosas em institutos e universidades que já avançaram na implementação da alimentação escolar com base na agricultura familiar, para que sirvam de subsídio à construção de diretrizes nacionais. Por fim, destacou a discrepância na oferta de alimentação escolar entre zona rural e urbana, entre municípios, estados e rede federal, e reforçou que é essencial articular políticas da educação básica e superior, garantindo equidade e respeito às especificidades culturais e territoriais. Posteriormente, **Nathalia da Mata** trouxe um complemento importante à discussão sobre execução orçamentária do PNAE na rede federal, destacando que os valores descentralizados pelo FNDE (cerca de R\$ 55 milhões) não representam a totalidade dos recursos executados com alimentação. Apontou que, além do PNAE, há execução significativa via outras fontes orçamentárias, como: ação 2994 (assistência estudantil), com cerca de R\$ 65 milhões destinados à alimentação e ação 20RL, também com recursos aplicados em alimentação; construção de 269 restaurantes estudantis, atualmente em andamento. Segundo dados da SETEC, o total executado com alimentação na rede federal supera R\$ 145 milhões, considerando benefícios diretos, aquisição de alimentos, manutenção de refeitórios e contratação de pessoal. Nathalia alertou para a necessidade de considerar esse cenário ampliado ao discutir a estimativa de R\$ 1 bilhão para garantir alimentação adequada na rede federal, evitando interpretações equivocadas sobre baixa execução. Ela também levantou uma preocupação sobre a vinculação da assistência estudantil ao Fundo Social (Lei nº 15.169), que recebe recursos dos royalties do petróleo. Apesar da expectativa gerada, há dúvidas sobre se essa vinculação resultará em aumento real de orçamento, ou se se trata apenas de uma troca técnica de fonte de financiamento, sem impacto prático. Finalizou solicitando esclarecimentos sobre as estratégias do Ministério da Educação para evitar que a assistência estudantil continue pressionada por limitações orçamentárias, e reforçou que discutir orçamento é essencial para o avanço da política de alimentação. **Fábio da Silva Paiva** (SE/GAB/MEC) informou que a questão do

orçamento está sendo tratada internamente e que o MEC está verificando o impacto da vinculação da assistência estudantil ao Fundo Social. A reunião extraordinária sobre orçamento foi adiada para permitir uma análise mais robusta. Comprometeu-se a trazer informações consolidadas ao grupo de trabalho assim que disponíveis. Após, **Priscila Porta Nova** (IFFar) agradeceu o convite e colocou-se à disposição para contribuir com o grupo de trabalho e outras iniciativas. Reforçou sua defesa do PNAE, destacando sua relevância nacional e internacional, especialmente por contemplar cultura alimentar, segurança alimentar e nutricional. Apontou que o programa é aplicável a todas as modalidades de ensino, e que a rede federal pode se beneficiar da estrutura das escolas agropecuárias para ampliar a oferta de alimentos nos restaurantes estudantis. Comentou que não há modelo de gestão errado, mas sim níveis diferentes de maturidade institucional. Defendeu que a gestão mista (aquisição de insumos mais contratação de mão de obra) pode ser uma estratégia eficiente para execução do PNAE, especialmente diante das limitações de uso dos recursos (que não podem ser aplicados em contratação de empresas ou manutenção de refeitórios). Sobre a ampliação da obrigatoriedade de compra da agricultura familiar de 30% para 45%, considerou positiva, mas reforçou que o valor *per capita* ainda é insuficiente para cobrir os custos reais da alimentação, especialmente para estudantes em tempo integral. Finalizou destacando que a rede federal tem especificidades, mas que o fortalecimento da alimentação escolar como direito universal é um caminho de crescimento conjunto entre universidades e institutos federais. **Fábio da Silva Paiva** (SE/GAB/MEC) retomou uma questão levantada anteriormente por Alexandre Brasil sobre a participação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério da Pesca em ações relacionadas à alimentação nos restaurantes universitários (RUs). Confirmou que a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mantém uma parceria direta com o Ministério da Pesca para fornecimento de pescado ao RU, e solicitou esclarecimentos à Muriel sobre outras experiências similares. Posteriormente, **Muriel Carneiro** (Rede RU) compartilhou seu compromisso pessoal de promover a inclusão do pescado nos cardápios dos RUs em todo o Brasil, destacando a importância de valorizar o Ministério da Pesca após sua reativação. Informou que já existe uma resolução publicada em 2023 que permite a compra de alimentos da agricultura familiar por instituições federais com serviços terceirizados, mas que ainda há dúvidas sobre sua aplicação prática. Comentou que, apesar da atualização da resolução em julho de 2024, muitas universidades ainda aguardam orientações claras sobre como proceder, especialmente em relação à chamada pública. Algumas instituições, como UFRJ, UFMT e UFFS, já realizam essas compras com base em entendimentos jurídicos próprios, mesmo antes da resolução. Muriel destacou que as universidades não têm tradição na realização de chamadas públicas, diferentemente dos institutos federais e da rede de educação básica, o que exige capacitação e articulação interinstitucional. Reforçou a disponibilidade da Rede RU para dialogar com o Ministério da Pesca e outros órgãos, visando estratégias conjuntas para ampliar a oferta de alimentos da agricultura familiar e pescado nos RUs. **Alexandre Brasil** (SESU/MEC) buscou esclarecimentos sobre a resolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que trata da compra de alimentos da agricultura familiar por órgãos federais, incluindo universidades, hospitais e forças armadas. Confirmou que a resolução mencionada é de 2025 e que a interlocutora citada, Islândia Bezerra, participa de um grupo de trabalho no MDA voltado para esse tema. **Muriel Carneiro** (Rede RU) explicou que a Resolução nº 21/2025 do MDA estabelece diretrizes para a aquisição de alimentos da agricultura familiar por instituições federais, mesmo quando há serviços terceirizados. A resolução inclui uma hierarquização de critérios de compra, priorizando mulheres agricultoras; povos tradicionais (indígenas e quilombolas) e agricultores familiares em geral. Destacou que, embora algumas universidades já realizem essas compras (como UFRJ, UFMT e UFFS), muitas instituições ainda enfrentam dificuldades operacionais e jurídicas, especialmente na realização de chamadas públicas. Reforçou que a Rede RU está à disposição para colaborar com o MDA e demais ministérios, visando ampliar a implementação da política de compras da agricultura familiar nos restaurantes universitários. **Valmo Xavier da Silva** iniciou sua fala expressando satisfação com o nível das discussões e o comprometimento dos participantes com a educação e a alimentação escolar, destacando que o grupo está no caminho certo. Abordou a diferença na execução orçamentária entre estados, municípios e a rede federal. Enquanto os entes subnacionais recebem os recursos do PNAE em 8 parcelas (fevereiro a setembro), a rede federal recebe uma única descentralização no início do exercício. Esclareceu que o termo “contrapartida” está em desuso na área técnica do PNAE, pois a responsabilidade pela alimentação escolar é constitucional e compartilhada entre União, estados e municípios. Mencionou que, anteriormente, a Procuradoria Federal junto ao FNDE entendia que a rede

federal deveria ter rubrica própria para custear a alimentação, mas esse entendimento foi recentemente revisto, reconhecendo o papel do PNAE nesse custeio. Valmo reforçou a importância de ações internas para ampliar a execução do programa, como exemplificado pelo IFPE, e destacou que, apesar dos 70 anos do PNAE, ainda há desconhecimento sobre sua aplicação prática, o que exige formação e disseminação de informações. Alertou que qualquer alteração no PNAE voltada à rede federal impacta diretamente estados e municípios, dada a universalidade do programa, e que é essencial manter alinhamento com o FNDE para preservar conquistas já consolidadas. Sobre dados e prestação de contas, explicou que estados e municípios prestam contas diretamente ao FNDE, o que permite análises detalhadas. Já a rede federal presta contas ao TCU, o que limita o acesso a dados estratégicos. Sugeriu que os relatórios de gestão da rede federal incluam informações sobre a alimentação escolar, para subsidiar decisões e políticas. Destacou a importância de estudos próprios da rede federal sobre custos, que complementem o estudo nacional conduzido pelo FNDE, e reforcem a defesa por mais recursos. Reiterou que o orçamento do PNAE é exclusivo para gêneros alimentícios, sendo necessário buscar outras fontes de financiamento para infraestrutura e mão de obra. Explicou que, ao contrário dos estados e municípios, que podem reprogramar até 15% dos recursos no final do exercício, a rede federal não possui essa possibilidade, o que limita o planejamento para o início do ano letivo. Valmo encerrou sua participação agradecendo pelas contribuições feitas ao longo da reunião e reforçando a importância da pauta da alimentação escolar para a educação brasileira. Destacou que a rede federal precisa empenhar os recursos para garantir sua execução, diferentemente dos estados e municípios, que possuem mecanismos de reprogramação. Colocou-se à disposição, em nome do FNDE e da coordenação geral do PNAE, para troca de informações, esclarecimentos e envio de dados complementares, incluindo os estudos do IPEA sobre alimentação escolar, que serão disponibilizados ao grupo de trabalho. Reforçou o compromisso do FNDE em colaborar com o avanço das discussões e ações voltadas à melhoria da alimentação escolar em todas as redes de ensino. **Alexandre Brasil** (SESU/MEC) levantou uma dúvida sobre a reprogramação de recursos entre estados, municípios e a rede federal, questionando se o percentual de empenhamento via restos a pagar (RAP) na rede federal seria superior ao permitido para estados e municípios. **Valmo Xavier da Silva** esclareceu que estados e municípios podem reprogramar até 15% dos recursos recebidos para uso no exercício seguinte. Esse limite já foi de 30%, mas foi reduzido para estimular maior execução dentro do exercício. A rede federal não possui mecanismo de reprogramação. Para garantir o uso dos recursos no exercício seguinte, é necessário que todo o valor seja empenhado até 31 de dezembro. O que for empenhado e não utilizado é inscrito como restos a pagar (RAP) e pode ser executado no ano seguinte. Recursos não empenhados até o fim do exercício são perdidos, o que reforça a necessidade de planejamento e agilidade na execução orçamentária. **Alexandre** observou que o uso de RAP na rede federal funciona como uma forma de “empenhamento” técnico, permitindo a continuidade da execução, embora com limitações diferentes das previstas para estados e municípios. Em seguida, **Amanda Machado** (SETEC/MEC) agradeceu a fala de Valmo Xavier, destacando a qualidade técnica e a importância das informações compartilhadas sobre alimentação escolar. Reforçou o desejo de contar com sua presença em futuros encontros, reconhecendo o valor de sua contribuição para o grupo. **Fábio Paiva** (SE/MEC) conduziu o encerramento da reunião, garantindo espaço para a fala de Mariana Chagas, representante do movimento estudantil, mesmo após o encerramento das inscrições, em respeito à sua participação e à relevância do tema. **Mariana Chagas** (UBES) agradeceu aos participantes pelas exposições, especialmente Valmo, Priscila e Muriel, destacando que as informações compartilhadas trouxeram clareza e direcionamento para a campanha “IF Sem Fome”, desenvolvida pela UBES. Relatou que, em diversos estados, foram tentadas parcerias entre institutos federais e universidades para uso compartilhado de restaurantes universitários, com foco em alimentação saudável, orgânica e baseada na agricultura familiar. Apontou que muitos institutos ainda não possuem estrutura adequada, com apenas lanchonetes ou pontos de alimentação, especialmente em unidades afastadas. Finalizou agradecendo pela oportunidade de escuta e aprendizado, reforçando que o encontro fortaleceu a construção do projeto estudantil e a articulação com políticas públicas de alimentação. **Fábio Paiva** (SE/MEC) agradeceu a participação de todos, especialmente Priscila, Muriel e Valmo, pela disponibilidade e pelas contribuições qualificadas ao grupo de trabalho. Informou que, por se tratar de uma reunião extraordinária, a ata não será aprovada neste momento, mas será validada na próxima reunião ordinária, marcada para terça-feira, dia 16. Solicitou que os participantes registrem presença via link no chat e reforçou o pedido para envio das apresentações utilizadas, que serão incorporadas como documentos de

referência para a construção da política. Observações Registradas – Justificativas de Ausência e Comunicação Institucional **Equipe da SERES/MEC** informou, por meio de comunicação prévia, que não poderia participar da reunião do GT-PNAES devido à agenda externa envolvendo toda a equipe, incluindo a Secretária. Solicitou que, caso houvesse questões relevantes relacionadas à SERES, fossem reportadas diretamente à equipe. **Professora Simone Benck** (UnDF) justificou a ausência da reitora Cicília, presidente da ABRUEM, instituição representada no GT, por motivos institucionais. Reforçou o compromisso da UnDF com os trabalhos do grupo. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h43min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6291360** e o código CRC **00345C5C**.